



A OBJETIVIDADE E O JORNALISMO DA FONTE NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ: SISTEMA ESTATAL X PÚBLICO NA COMUNICAÇÃO PARA O CIDADÃO

THE OBJECTIVITY AND JOURNALISM SOURCE IN PARANÁ LEGISLATIVE ASSEMBLY: SYSTEM OF STATE X PUBLIC IN COMMUNICATION FOR THE CITIZEN

Edson Gil Santos Júnior

Resumo: O presente estudo se utiliza das práticas laborais do Setor de Divulgação da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) para traçar um panorama do trabalho de comunicação prestado para a população paranaense no ano de 2014. Busca-se identificar as fronteiras de trabalho entre a assessoria de imprensa e o jornalismo da fonte, entre o jornalismo estatal e o público. Para isso, a pesquisa utiliza de técnica empírica de entrevistas em profundidade. Baseado em depoimentos dos servidores, a objetividade também é discutida como ferramenta para alcançar a credibilidade, mas também como forma do profissional evitar desgastes da Mesa Diretora com parlamentares, e assim garantir a própria permanência no cargo. Dentre as vantagens e fragilidades na objetividade empregada, a criação de um conselho editorial seria uma saída apontada para reduzir a influência de interesses políticos nos veículos públicos legislativos.

Palavras-chaves: Comunicação Pública e Institucional. Objetividade Jornalística. Assembleia Legislativa do Paraná. Conselho Editorial.

Abstract: The present study uses the labor practices of the Disclosure Sector of the Legislative Assembly of Paraná (Alep) to draw a panorama of the work of communication provided to the population of Paraná in the year 2014. It seeks to identify the boundaries of work between the advisory press and source journalism, between state and public journalism. For this, the research uses an empirical technique of in-depth interviews. Based on testimony from the servers, objectivity is also discussed as a tool to achieve credibility, but also as a way for the professional to avoid the wear and tear of the Board of Directors with parliamentarians, and thus ensure their own tenure. Among the advantages and weaknesses in the objectivity employed, the creation of an editorial board would be an exit designed to reduce the influence of political interests in the legislative public vehicles.

Keywords: Public and Institutional Communication. Journalistic Objectivity. Legislative Assembly of Paraná. Editorial Council.

1 Introdução

Este artigo é parte dos resultados obtidos em dissertação de mestrado do autor, para o Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Foram utilizadas técnicas metodológicas das Ciências Sociais para dar conta do que foi proposto resolver com a pesquisa, utilizando a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) para o estudo.

Foi efetuada a análise de conteúdo, a identificação de cenário e o perfil do profissional de imprensa (questionário quantitativo), além da observação participante das rotinas profissionais e, por fim, da realização das entrevistas, para juntamente com os dados obtidos nas outras etapas, entender o funcionamento dos setores de comunicação da instituição e compreender o papel deste novo modelo de profissional do jornalismo ligado ao Poder Legislativo. Buscou-se verificar, ainda, se era produzida comunicação pública das atividades ali desenvolvidas.

A técnica de observação participante desenrolou-se, em uma primeira etapa exploratória, entre os dias 2 a 6 de junho de 2014. Posteriormente, entre os dias 17 a 19 de novembro do mesmo ano, deu-se prosseguimento à atividade, aprofundando aspectos que mereciam maior atenção. Foram nesses dois períodos que foram realizados, de maneira concomitante, as entrevistas em profundidade.

Em face das possibilidades das novas tecnologias e em atendimento às normas legais que exigem maior transparência dos dados públicos, a Alep, bem como outros órgãos do Estado, passa a se adequar a esse novo tempo. Através dos relatos dos servidores, a objetividade também é discutida como ferramenta para alcançar credibilidade.

No entanto, o termo *objetividade* passa a ter um sentido equivocado perante os servidores da comunicação, por não se dar a devida publicidade ao conteúdo jornalístico dos discursos dos parlamentares ou das discussões em plenário. Tal procedimento, dificulta a divulgação de conteúdo de interesse público, ficando restrito ao que é conveniente aos propósitos dos deputados, em geral com a difusão tão somente do placar final das votações.

Com o intuito de se realinhar a divulgação de atos e fatos legislativos aos propósitos constitucionais de ampla divulgação do que é produzido e discutido na esfera pública, e considerando a possibilidade de intervenção da direção daquela Casa no que é noticiado, a criação de um conselho editorial seria uma saída para amenizar a influência de interesses políticos nos veículos próprios de informação da Alep.

2 Jornalismo da Fonte e a Comunicação Pública

Algumas modalidades de comunicação são transversais à comunicação pública. Para iniciarmos esta discussão, é importante conceituar o que seja a comunicação institucional, a governamental e a política.

A comunicação institucional, segundo Monteiro (2009), tem o objetivo de levar a público o papel da instituição, afirmando sua identidade e prezando por sua imagem. Já Bernardes (2010)

afirma que o jornalismo institucional, oriundo das mídias legislativas, apresenta diferenças dos demais, pois possibilita a prática jornalística pelo caráter parlamentar da instituição, que, por ser composta de representantes eleitos pela população, deveria ter como prioridade o interesse comum, e não o do órgão. Dessa forma, em contraponto à comunicação institucional, o jornalismo de uma casa legislativa deve ser prestado para a sociedade e não visando à promoção da imagem da instituição.

Brandão (2006) define a comunicação governamental como aquela praticada pelo governo, visando à prestação de contas, engajamento da população nas políticas adotadas e reconhecimento das ações promovidas no campo político econômico e social. Enquanto Monteiro (2009) define a comunicação política pelos arranjos partidários nas tomadas de decisão, bem como as relacionadas aos processos eleitorais, neste último, utilizando na maioria das vezes de métodos publicitários.

A comunicação pública para Zémor (2009), de maneira simplificada, é a informação de interesse geral que tem como sustentação a utilidade pública. Esta definição encontra ponto em comum no pensamento de Rosen (2003, p. 80) quando trata do Jornalismo Cívico e da objetividade desinteressada como ferramenta de informação para qualquer comunidade política democrática, no incentivo à participação popular na política.

Assim como a disponibilização dos dados públicos é mais do que a promoção de serviços, as campanhas que veiculam mensagens revestidas de um caráter cívico ou socialmente consensual têm sua origem na utilidade pública. Elas são instituídas e fixadas dentro do interesse da coletividade. (ZÉMOR, 2009, p. 217)

Contextualizar critérios de noticiabilidade à legislação se faz necessário para tratar da comunicação governamental ou pública. No campo da assessoria de imprensa, o viés governamental ou institucional fica mais evidente, sendo talvez a fronteira entre o jornalismo e a assessoria de imprensa que a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) não conseguiu delimitar com precisão em seu Manual de Assessoria de Comunicação¹. Quando é dito que o jornalista deve “sedimentar sua imagem (da empresa ou instituição ao qual ele trabalha) de forma positiva na sociedade”, a função se distancia do conceito de jornalismo, aproximando-se das relações públicas.

No livro *Opinião Pública*, Lippmann (2008) estabelece diferenças entre os jornalistas e os assessores de imprensa. Segundo ele, os jornais sabem “alguns momentos” dos fatos triviais que na maioria das vezes são repassados por observadores nas polícias, no Congresso, nas câmaras municipais, na Promotoria Pública, entre outros. Além disso, define as notícias como um relato de fases manifestas de interesses, bem como da pressão sobre o jornal para aderir a esta rotina, que viria de muitos lados.

¹ http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/03/manual_de_assessoria_de_imprensa.pdf

Já o assessor de imprensa é o profissional que causa a manifestação de um lado de interesse. Dessa forma, a imagem gerada pelo publicista ou assessor de imprensa para o repórter é a imagem que aquele quer que o público veja. Em outras palavras, o assessor de imprensa relata o acontecimento da concepção do empregador de seus próprios interesses.

Alguém precisa lhes dar forma, e uma vez que na rotina diária os repórteres não podem dar formas aos fatos, e que existe pouca organização desinteressada da inteligência, a necessidade por alguma formulação está sendo feita por partes interessadas. (LIPPMANN, 2008, p. 294)

No entanto, cabe ao jornalista encaixar as versões das partes interessadas, de acordo com o perfil editorial do veículo de comunicação, agregado aos seus valores pessoais e às informações apuradas para a reportagem. Esta última, quando houver tempo hábil para fazê-lo.

Enquanto que para a assessoria de imprensa, entre outras funções, remete-se o serviço como instrumento da agenda pública e forma de prestação de contas ao cidadão dos atos dos governantes (*accountability*²).

Considerando os dados da pesquisa de campo realizada na Alep por meio de entrevistas e conversas informais com os jornalistas da instituição, por mais que a incerteza pairasse entre os profissionais, se o trabalho desempenhado era jornalismo ou assessoria de imprensa, grande parte dos profissionais da Alep acreditava fazer comunicação pública. De acordo com a maioria dos entrevistados, as informações produzidas no setor eram de utilidade pública, pois as decisões tomadas pelos deputados influenciavam diretamente no dia a dia dos cidadãos.

Toda a nossa pauta, a pauta da instituição é de interesse público. Eventualmente os interesses são mais localizados, mas os mais diferentes assuntos que são discutidos aqui, mesmo que segmentados, como em áreas específicas da saúde, educação, segurança ou meio ambiente, são de interesse público, ou pelo menos para a maioria da população, pois o que é proposto e decidido pela Alep reverbera na população paranaense. (Depoimento ao pesquisador).

Outro jornalista da Alep acredita que a comunicação produzida é pública, mas também institucional, ao tornar pública a prestação de contas e administrativa do Poder:

Acho que os dois. Interessa para a Casa para manter sua credibilidade, sua respeitabilidade, a confiança que a população tem nela, ser o mais verdadeira e sincera possível. Com isso, interessa divulgar as informações reais, como interessa para a população saber do que está acontecendo. Vejo a Lei da Transparência como algo fundamental neste processo. O cidadão pode pesquisar e acompanhar os dados. É bom para a Casa, bom para o legislativo e bom para o cidadão. (Depoimento ao pesquisador).

O jornalismo, a assessoria de imprensa e o jornalismo da fonte³ entrelaçados com os

² De acordo com Miguel (2005, p.27), a *accountability* diz respeito à capacidade que os constituintes têm de impor sanções aos governantes. Inclui a prestação de contas dos detentores de mandato e o veredicto popular sobre essa prestação de contas. É algo que depende de mecanismos institucionais, sobretudo da existência de eleições competitivas periódicas, e que é exercido pelo povo.

³ A hipótese do Jornalista da Fonte é proposta pelo pesquisador Francisco Sant'anna (2009) e aponta o surgimento de um novo ator no cenário jornalístico, um novo modelo de atuação profissional que trabalha para a fonte de informação, mas, ao mesmo tempo, desempenha funções semelhantes às dos jornalistas dos meios clássicos de informação.

conceitos de jornalismo público e comunicação pública, se considerada apenas a abordagem teórica, já apresentam relações significativas para um cenário contemporâneo nos veículos próprios das instituições legislativas. No entanto, vale a pena diferenciar cada perfil profissional para uma melhor sistematização das funções.

Devido aos argumentos a seguir, o jornalismo propriamente dito é definido pelo trabalho realizado somente pelos profissionais dos meios clássicos. Isso não quer dizer que esses veículos não atendam a interesses partidários por uma questão comercial ou mesmo ideológica. Porém, lhes são atribuídos uma suposta independência não conferida ao assessor de imprensa.

Afirma-se que o assessor de imprensa não faz jornalismo, pois tem na natureza de sua função a defesa dos interesses do assessorado, podendo agir, por vezes, como um *spin doctor*⁴, buscando intervir e influenciar no trabalho do jornalista dos meios tradicionais de mídia, como um porta-voz e não como um jornalista. No período estudado, isso não foi notado pela Divulgação, mas fortemente percebido no conteúdo dos *hotsites*⁵, que conseqüentemente reverberavam os atos, discursos e ideologias dos deputados para a imprensa.

Já o jornalista da fonte aparece neste novo cenário midiático, especificamente no Poder Legislativo, como um emissor de informação dos atos administrativos e deliberativos das instituições, de maneira direta ao cidadão. Já as informações disseminadas nos *hotsites* podem ser consideradas, mesmo que num veículo próprio, como assessoria de imprensa, tendo em vista priorizar o interesse do agente político.

Mesmo os jornalistas da fonte do setor de Divulgação da Casa, que não priorizavam os interesses dos deputados, poderiam ser considerados assessores de imprensa quando atendiam aos jornalistas dos meios de comunicação, intermediando a relação entre a instituição e os profissionais das redações.

3 Objetividade no Jornalismo da Fonte na Alep

A partir de agora, discute-se a objetividade no jornalismo da fonte. Para isso, são utilizados dados levantados na análise de conteúdo⁶, bem como os relatos dos profissionais da Alep.

No período estudado, foi percebido que o jornalismo desenvolvido pela Casa noticiava os atos administrativos (*accountability*), com entrevistas de diretores e membros da Mesa Diretora, bem como as matérias das CPIs, também com a interação de parlamentares e convidados externos. Porém, dificilmente o que era dito na tribuna era aproveitado no material jornalístico da Casa,

⁴ O conceito do *spin doctoring* é amplamente discutido por Ribeiro (2015). Segundo ele, o *spin doctor* é aquele que influencia o repórter dos meios clássicos, ditando a forma como a notícia deve ser publicada.

⁵ Os *hotsites* eram as páginas específicas de cada deputado, que era vinculado ao site da Alep. No entanto, a alimentação destas informações era gerada e publicada pelos assessores dos deputados e não pelo setor de divulgação da Casa.

⁶ Estudo publicado pelo autor juntamente com Maria Lúcia Becker, na Revista Comunicação Pública, v.10, n. 19, | 2015, do Instituto Politécnico de Lisboa. Disponível em: <https://cp.revues.org/1110>.

tanto no que se refere ao material enviado para a imprensa, quanto no conteúdo dos veículos próprios. O mesmo ocorria com os debates da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por exemplo. Em sua grande maioria, era noticiado apenas o resultado das votações e das decisões.

Nas entrevistas, os profissionais da Divulgação apontam que era priorizado na notícia de plenário os dados que não apresentavam a possibilidade de efetuar recortes ou edições, evitando mal-entendidos com as falas dos deputados, mas não oportunizando ao cidadão saber neste conteúdo institucional o posicionamento de seu representante. Amaral (1996, p.19) ressalta que a objetividade trata de rigorosa imparcialidade, ou seja, pensamento sem julgamento de valor. Como comenta o servidor da Casa entrevistado.

Nosso trabalho é institucional, não entramos em méritos de divergências políticas, divergências entre situação e oposição. A nossa cobertura é extremamente técnica em cima dos atos institucionais, cabendo assim, ao corpo técnico da assessoria dos deputados dar o tom político, que não nos cabe. Discutimos apenas os acontecimentos da Casa, sem o viés político. (Depoimento ao pesquisador)

Bernardes (2010) explica que este tom oficioso, que, em parte, pode proteger o jornalista da fonte e o assessor de imprensa de pressões e acusações de partidarismo político no exercício da função, recebe críticas dos próprios profissionais. Segundo ela, apesar de a isenção ser uma das características essenciais exigidas pelo Manual de Jornalismo da Câmara dos Deputados, nem todos os jornalistas concordam com a sua utilização.

Nas entrevistas, os profissionais da Alep acreditam que o trabalho que buscam fazer é objetivo, pois de acordo com eles as fontes, principalmente em plenário, são os projetos de lei e os respectivos resultados das votações, e não os deputados.

Um bom exemplo para descrever a objetividade empregada pelo setor de Divulgação da Alep, em que foram utilizados os métodos de análise de conteúdo, mediante observação participante, ocorreu no dia 2 de junho de 2014. A matéria principal teve como título “Assembleia aprova afetação de imóveis ao PARANÁ PREVIDÊNCIA⁷”. Postada às 17h32, a reportagem publicada no *site* da instituição contou com 414 palavras e 2.665 caracteres com espaços.

O conteúdo dizia respeito à sessão ordinária do dia, que durou cerca de uma hora e vinte minutos, com três deputados utilizando a tribuna, sendo um deles aparteado. Um dos momentos mais chamativos da sessão foi a votação de um veto do governador Beto Richa (PSDB) a um projeto de lei aprovado pela Casa anteriormente. Na discussão, três deputados de oposição, contrários ao veto, e dois de situação, sendo um deles contrário ao veto, também se manifestaram. Além da matéria não ter nenhuma fala dos deputados, todo o debate originado pela temática do veto resultou no seguinte parágrafo:

Finalmente, por 29 votos a 19, o Plenário derrubou veto apostado pelo governador do Estado ao Projeto de Lei nº 46/2013, de autoria da deputada Luciana Rafagnin (PT), alterando artigo da Lei nº 16.786/2011, que trata da

⁷ http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/noticias/assembleia-aprova-afetacao-de-imoveis-a-paranaprevidencia-1

obrigatoriedade da presença de profissionais de Odontologia nas unidades de terapia intensiva (PACHECO, 2014).

Dessa forma, excluem-se as possibilidades, as variáveis do discurso e a possibilidade de o texto se tornar subjetivo: o fato limita-se a uma percepção meramente quantitativa, que oferece um resultado binário positivo ou negativo à proposição de lei noticiada.

Tantos projetos foram aprovados, tantos foram rejeitados, este é o nosso trabalho. A política partidária fica por conta dos assessores dos deputados. Nós fazemos a parte institucional, relatando os fatos acontecidos, sem tomar posição. O placar das votações já é o posicionamento dos deputados. Não avançamos disso.

Se um deputado fulano falou mal do governador, outro defendeu, não entramos nisso. Existe um comitê de imprensa e quem quiser cobrir tem total liberdade. Ele se credencia, acompanha a sessão. O jornalista que acompanha certamente fará uma matéria mais rica de detalhes do que aqueles que não vêm ou mesmo daqueles cuja cobertura oficial se prende aos fatos formais. Nós apenas relatamos fatos. (Depoimento ao pesquisador)

Os depoimentos coletados com os jornalistas da Alep indicam que a objetividade no discurso jornalístico faz parte do perfil editorial da instituição, seja para manter a credibilidade perante a sociedade, seja para funcionar como um dispositivo de não sofrer críticas dos deputados adversários.

Um dos entrevistados aponta que, mesmo assim, as críticas ocorrem por parte dos parlamentares, salientando, porém, que a insatisfação já ocorreu tanto dos deputados de oposição quanto dos de situação, o que deixou satisfeita a equipe de jornalistas.

De vez em quando é óbvio que existem as cobranças, que são naturais. Ninguém nunca está satisfeito. Quando tem a reunião de líder, o pessoal de oposição diz que ele não tem cobertura suficiente, daí o pessoal da situação faz a mesma reclamação. O que é ótimo para nós, o que deixa evidente que fazemos uma cobertura igual. Porque temos os dois lados reclamando, querendo mais espaço. (Depoimento ao pesquisador)

Sobre este aspecto, o servidor ainda comenta: “Cobrimos tudo e ao mesmo tempo, não entramos nas discussões político-partidárias. Essa discussão não nos pertence, e o próprio presidente da Casa referenda isso”. Outro entrevistado complementa sobre o assunto com a expressão “não entramos nesta bola dividida”, quando abordado sobre o porquê de não se relatar nas sessões plenárias os posicionamentos político-partidários nos discursos ocorridos na tribuna:

Se acontece um debate acalorado na CCJ contra ou a favor em algum processo que interessa ao governo, vamos registrar esse processo da forma isenta e vou dar o resultado final, diferente do que seria uma assessoria parlamentar que eu estaria enfocando o desempenho de A ou B. Na assessoria parlamentar, seria escolhido o lado A ou lado B, dependendo da posição do assessor de imprensa. No nosso caso, não. (Depoimento ao pesquisador)

Tuchman (1993, p.74) vê a objetividade na prática profissional como um ritual estratégico de defesa do jornalista e da própria direção da Casa. O conteúdo das matérias publicadas no site, no período estudado, as críticas e as entrevistas com os profissionais da Alep apontam para a mesma direção.

O argumento de Tuchman desperta questionamentos sobre a forma como a objetividade é empregada na Alep no momento da pesquisa, considerando o espaço onde ela é realizada, isto é, no parlamento. O termo parlamento é oriundo do francês ‘*parler*’, que significa falar; assim, parte-se do pressuposto de que a principal atividade dos parlamentares seria a fala, ou seja, os discursos, os argumentos, o convencimento, a discussão. O que na prática acontecia, mas não era aproveitado pelo setor de Divulgação da Casa.

Pode-se afirmar que os atos de fala dos deputados são verdadeiros atos políticos e representativos, pois significativa parte da atividade política consiste na representação de nichos populares através dos posicionamentos dos parlamentares e na expressão dessas opiniões. Tem também o objetivo de conquistar mais votos favoráveis ou contrários para o projeto em discussão, ou mesmo para manifestar o posicionamento do parlamentar sobre assunto específico.

Em virtude disso, é de interesse público o conhecimento de quais são as razões que levam um parlamentar a se posicionar favorável ou contrário a um projeto de lei, ou mesmo ter conhecimento do posicionamento de seu representante sobre assunto polêmico abordado na tribuna. O que se questiona neste estudo, baseado nas afirmações dos próprios servidores, é o quanto essa “objetividade jornalística” apresentada pelo setor de Divulgação da Alep, como meio de informação institucional, afetaria o direito de os eleitores terem ciência dos posicionamentos de quem eles elegeram.

A complexidade da opção dos profissionais da Alep em limitar suas rotinas aos placares das votações, com o intuito de produzir um discurso objetivo, não se esgota neste suposto cerceamento da informação, pois a partir do momento em que as falas dos deputados aparecessem no conteúdo, possibilitariam a subjetividade nos textos jornalísticos, por valores pessoais, pressões hierárquicas, entre outros fatores. Mesmo com o uso de aspas, como sugerido por Tuchman (1993), o trecho da fala do deputado que seria utilizado pelo repórter já poderia ser considerado um recorte subjetivo passível de interpretações e críticas.

Os profissionais da Alep defenderam nas entrevistas que os posicionamentos dos deputados são passíveis de serem consultados pela imprensa e pelo público em geral diretamente nos respectivos *hotsites*, sem a necessidade de que estas informações sejam divulgadas diretamente pela Casa. Nesses espaços (*hotsites*), acessíveis pelo portal da instituição, fica explícita a linha editorial daquele que reporta a informação (o do parlamentar, na verdade), e não o da Alep.

Por conteúdo, entendo aquelas noções da realidade social que os jornalistas consideram como adquiridas. O conteúdo também é relacionado com as relações interorganizacionais do jornalista, pois as suas experiências com estas organizações levam-no a tomar por certas algumas coisas acerca delas. Finalmente, sou de opinião de que o manuseamento da estória, isto é, uso de certos procedimentos perceptíveis ao consumidor de notícias, protege o jornalista dos riscos às suas atividades, incluindo os críticos. (TUCHMAN, 1993, p. 75)

Um dos repórteres da TV Sinal entende como assessoria de imprensa seu trabalho desempenhado dentro da instituição, por restrições implícitas no exercício da função, sobre as quais preferiu não se aprofundar. No entanto, entende seu trabalho no ambiente legislativo como uma maneira de divulgar o trabalho dos deputados e não o que interessa para a população.

Quando a gente trata da política em si, dentro da Assembleia Legislativa, com os deputados, é uma assessoria de imprensa, pois mostramos e divulgamos o trabalho deles, e do jeito que eles querem, com as nossas limitações. Já quando eu venho para rua com um trabalho que não é voltado aos deputados, consigo trabalhar mais o jornalismo, o que eu aprendi na faculdade, o jornalismo do dia a dia mesmo. (Depoimento ao pesquisador)

Os entrevistados, em sua maioria, declararam que não havia pressão política pela Mesa Diretora no trabalho dos profissionais da Divulgação da Casa. Porém, como observador, é interessante registrar que no período do estudo, dos nove profissionais do setor de Divulgação da Alep, sete eram cargos comissionados e dois efetivos em períodos próximos de aposentadoria, pois desde 1985 não é realizado concurso público para a área. Além disso, toda a equipe da TV Sinal, mesmo utilizando as dependências da Alep, era terceirizada e subordinada ao setor de Divulgação.

Em virtude disso, a objetividade jornalística ou imparcialidade, por meio de determinados procedimentos técnicos, produz juízos sobre a realidade, juízos de valor que se pretendem verdadeiros. Como aponta Young (2012, p.175), com a busca desta suposta imparcialidade a pluralidade de informações é transformada em unidade. No caso da Alep, os diversos discursos dos deputados (pluralidade) contra e a favor de um projeto de lei, por exemplo, são transformados em unidade, na medida em que é oferecido ao cidadão somente o placar da votação.

[...] a forma mais importante em que o ideal da imparcialidade reduz a particularidade à unidade é reduzindo a pluralidade dos sujeitos morais a uma subjetividade. Em sua exigência de universalidade, o ideal da razão imparcial deve representar um ponto de vista que possa ser adotado por todo e qualquer sujeito racional, precisamente pela abstração das particularidades situacionais que o individualizam. Além disso, o juiz moral imparcial, em termos ideais, deve tratar todas as pessoas da mesma forma, de acordo com os mesmos princípios, imparcialmente aplicados (YOUNG, 2012, p. 175).

Tuchman enumera procedimentos estratégicos que fazem com que o jornalista consiga obter a aparência de objetividade como a verificação dos fatos, que nem sempre é possível devido às pressões de tempo; a apresentação de posições conflituosas, com o jornalista alegando objetividade por apresentar “os dois lados do fato”; a apresentação de provas auxiliares; o uso de aspas, pois as citações emitem opiniões sem comprometer o repórter, que consegue que outros digam o que ele pensa; e a estruturação da informação numa sequência apropriada, a “pirâmide invertida”, priorizando as informações de acordo com uma perspicácia profissional (*news judgement*), que seria uma qualidade inerente ao jornalista. Em virtude de a maioria desses profissionais ocuparem cargos comissionados, de livre nomeação e exoneração por parte do chefe do poder, a falta desta perspicácia poderia resultar na exoneração desses.

4 Perfil Editorial: Sistema Público X Sistema Estatal de Comunicação

É através do perfil editorial que um veículo de informações delimita ao profissional, de forma intrínseca e até velada ao olhar do leigo, o posicionamento institucional sobre determinado assunto. Da mesma maneira, este comportamento direcionador do posicionamento do veículo de comunicação de um órgão público também é possível por apresentar um gestor institucional que determina um perfil editorial, como nos meios clássicos de comunicação.

No Poder Legislativo, por representar diversas correntes político-ideológicas, ter-se-ia a impressão de que este tipo de situações não acontecia. Porém, baseado em estudos recentes e na experiência descrita neste trabalho, pode-se verificar que o perfil editorial também está atrelado ao posicionamento do presidente das câmaras municipais, das assembleias legislativas, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

As principais características do perfil editorial da Alep no período deste estudo estão baseadas em uma busca pela isenção no que é noticiado, com o intuito de manter um bom relacionamento com a imprensa, alicerçado na credibilidade das informações transmitidas como assessoria, como também do jornalismo da fonte para a população, nos moldes do conceito de comunicação pública. Porém, neste mesmo perfil editorial são notadas restrições na informação para evitar desgastes internos.

Em meio a essa discussão, questiona-se o jornalismo da fonte de órgãos públicos legislativos quanto à produção de comunicação pública. Partindo do pressuposto de que o que esses profissionais divulgam é de utilidade pública e de que é custeado com recursos públicos; de que eles buscam a isenção e a imparcialidade e de que tem a oportunidade de utilizar a pluralidade de fontes; e de que com as informações divulgadas promovem a cidadania, poder-se-ia dizer que sim, há comunicação pública produzida por esses profissionais. Mas quais interesses esses profissionais representam? Da população ou dos deputados?

No Brasil, de forma relevante, a experiência de um sistema público de comunicação não é integrada, como visto em outros países, tal como na França com o *La Cheîne Parlementaire* (LCP), na Itália com os canais *Camera dei deputati* e *Senato dela Repubblica*, que também trazem informações da instituição legislativa italiana e ainda pelo sistema RAI, a Rádio GR Parlamento. Ainda na Europa, a BBC conta com o canal e portal temático *BBC Parliament*.

O Brasil conta somente com TVs Educativas e com a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). Somente nestes meios de comunicação financiados com recursos públicos é que se pode contar com conselhos que definem, entre outras coisas, o perfil editorial dos veículos.

A EBC contava no momento da pesquisa com um conselho curador constituído por 22 membros, sendo 15 membros da sociedade civil, quatro do governo federal, dois membros do Congresso Nacional e um representante dos trabalhadores da EBC. O sistema público conta ainda

com representantes da sociedade civil e com indicados do Governo Federal e do Congresso Nacional em outros conselhos deliberativos da EBC.

A existência de um conselho editorial é a fronteira que delimita um meio de comunicação público do estatal, pois a grande diferença entre o sistema público e o governamental ainda é o comando, pois ambos são mantidos com recursos públicos, ambos divulgam informações de interesse público, ambos têm obrigações legais quanto à democracia e cidadania. Porém, o sistema público é regido por um conselho, enquanto o estatal por um chefe do Poder, e a estes fatores estão diretamente atrelados os perfis editoriais.

No caso do Poder Legislativo, em seu sistema governamental, o perfil editorial atende as determinações do presidente do Poder e são passíveis de sua subjetividade, que pode ou não atender a coletividade. Por outro lado, no sistema público esse perfil editorial seria deliberado por órgão colegiado, o que proporcionaria uma possibilidade maior de atender os preceitos democráticos.

Nas emissoras legislativas, a gestão é fortemente concentrada nas mesas diretoras de cada Casa, que geralmente indicam um diretor-geral. Estas direções normalmente são trocadas em consonância com a alternância de comando do órgão, que ocorre a cada dois anos no caso da Câmara e Senado. Um avanço, ao menos no plano federal, tem sido a criação de órgãos colegiados, ainda que restritos na sua formação, para a discussão das diretrizes editoriais. Na TV Câmara, o Conselho Editorial é formado pelos Diretores Geral e Executivo da emissora, seis responsáveis pelos Núcleos de Produção e dois representantes dos colaboradores (servidores e terceirizados). No Senado, o órgão é formado pelos coordenadores de núcleos (produção de programas, jornalismo, entrevistas, documentários, criação, programação, arquivo, operações, internet, almoxarifado e administrativo) (INTERVOZES, 2009, p. 7).

Bernardes (2010) comenta que a criação de um Conselho Editorial foi aventada na Câmara dos Deputados, em 2008, após situações não sadias para o convívio laboral e que a criação de um Conselho garantiria a continuidade dos trabalhos da Casa, não importando a troca de presidente, que sempre teria um representante no colegiado.

A pesquisadora da Câmara dos Deputados relata, que durante o debate para a criação do Conselho Editorial, as sugestões principais incluíam a presença de representantes da sociedade civil, dos parlamentares e dos profissionais da Secom no colegiado. De acordo com um dos entrevistados, a existência de um Conselho Editorial diminuiria a influência política na comunicação institucional produzida pela Câmara dos Deputados, o que garantiria o exercício da comunicação pública.

[...] um estatuto por escrito, um conselho editorial propriamente dito, *stricto sensu* mesmo, com a participação da sociedade toda, para avaliar a nossa linha editorial, o que a gente está dando, o que a gente não deve dar, ou como que a gente pode dar diferente, o fato de não haver isso tudo formalmente estabelecido acaba nos deixando em situações delicadas. E aí, dependendo de quem estiver na direção, ou quem estiver no poder, quem for presidente da Mesa Diretora, aqui dentro a gente vai sentir uma influência maior ou menor, ou nenhuma (Depoimento à pesquisadora *apud* BERNARDES, 2010, p. 100).

Porém, de acordo com Bernardes (2010), a proposta não foi aceita pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados sob o argumento de que os deputados já representam a sociedade e, por isso, sabem melhor do que ninguém quais são os interesses e necessidades dela, não sendo necessária a participação de representantes da sociedade civil no Conselho.

No período em que a pesquisa foi realizada na Alep, nunca foi cogitada a criação de um conselho, nem deputados, nem servidores questionavam o modelo estabelecido. Talvez com uma maior proporção de cargos efetivos para a área, esta realidade fosse alterada.

Após a realização desta pesquisa, com a troca da presidência da Casa em 2015, a nova Mesa Diretora da Alep anunciou⁸ apenas em 2016 a realização de concurso público para a instituição, inclusive para a função de jornalista. Porém, desde 2013⁹ era relatada, no próprio site da Alep a necessidade de realização de concurso, devido a aposentadoria de servidores efetivos.

Em entrevista com os servidores efetivos do setor de Divulgação da Alep, no período da pesquisa, foi relatado que o único concurso realizado para jornalista na instituição, que possibilitaram a entrada deles no corpo técnico da Casa, foi realizado da década de 80 e que eles já estariam, em 2014, prestes a se aposentar.

Eu entrei em 1984 e só há a predisposição para a realização de concurso agora. Isso é uma aberração. Houve alguns concursos neste período somente para taquígrafo. Para qualquer outra carreira não houve concurso. Esta é uma deformação grave no serviço público da Assembleia Legislativa. Modernizar a Assembleia não significa apenas fechar a gráfica que imprimia os Diários Secretos, mas também dotar a administração da Casa de medidas republicanas, e neste contexto, o concurso público é essencial. (Depoimento ao pesquisador)

No entanto, ainda em 2016, o presidente Ademar Traiano (PSDB) voltou atrás e suspendeu¹⁰ a realização de concurso público, alegando falta de vagas em virtude dos efetivos não quererem mais se aposentar.

Desta forma, aos moldes da Câmara dos Deputados na criação de um Conselho Editorial, é demonstrada a falta de interesse do presidente da Alep em realizar concurso público para a área de comunicação da Casa, mantendo, assim, o setor sob maioria de cargos em comissão.

Este anseio de domínio dos meios de comunicação próprios do Estado por parte dos chefes dos Poderes foi notado também, recentemente, em relação à EBC, na Medida Provisória nº 744¹¹. A proposição extinguiu o Conselho Curador e assim tirava a autonomia da EBC em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no

⁸http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/noticias/traiano-afirma-que-a-assembleia-pretende-realizar-seu-concurso-publico-no-primeiro-semester-de-2016

⁹ http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/noticias/comissao-executiva-designa-comissao-especial-para-concurso-publico-da-assembleia-1

¹⁰<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/07/traiano-diz-que-concurso-publico-da-alep-esta-suspenso-por-falta-de-vagas.html>

¹¹ <http://www.etc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2016/09/mocao-de-repudio-contra-medida-provisoria-que-desmonta-a-etc>

sistema público de radiodifusão e agências. Outro caso foi a aprovação da Lei 13.417/2017, que reestruturou a referida empresa.

5 Considerações Finais

Em virtude dos fatores apontados, foi constatado que o modelo instituído na Alep não se enquadra em um sistema público de comunicação, mas sim institucional ou estatal, mesmo que se demonstre o anseio por parte dos servidores na produção da comunicação pública.

Percebe-se que tanto nas experiências do Senado Federal quanto da Câmara dos Deputados as funções de assessor de imprensa e jornalista da fonte apresentam fronteiras bem definidas. Na Assembleia Legislativa do Paraná, contudo, não se observa tal dicotomia. Os meios de comunicação legislativos na esfera federal, mesmo com a influência das Mesas Diretoras, deixam explícita a diferença em relação às assessorias de imprensa, pois os jornalistas da fonte trabalham para produtos específicos do Poder, isto é, canais de informação em rádio, televisão, jornal e internet.

Na Alep, quanto ao setor de Divulgação da Casa no período estudado, essa fronteira ainda não estava bem clara, e as funções se misturavam. Porém, de acordo com os comentários dos profissionais, ainda predominava o atendimento à grande mídia pelo poder massificante que essa possui na veiculação a informação.

Foi evidenciado o funcionamento dos sistemas públicos de comunicação, que se diferem dos sistemas estatais por serem regidos por um conselho, apresentando uma forma mais democrática de comando do meio de comunicação do que o estatal, como são considerados os modelos dos poderes legislativos. Como citado no trabalho, na Câmara dos Deputados foi discutida a possibilidade de se criar um conselho gestor da comunicação da Casa, mas não houve a aceitação por parte dos deputados. Na Alep, o autor não tem informação de que esta discussão tenha ocorrido. Além disso, vê essa possibilidade com ceticismo, tanto pela falta de vontade política quanto pela quantidade inexpressiva de servidores efetivos.

No entanto, também não se pode afirmar de forma absoluta que esses aparelhos midiáticos estatais não produzam comunicação pública, pois as informações disseminadas por esses órgãos são de interesse público. Como visto nas diversas experiências legislativas, inclusive na Alep, as informações nem sempre sofrem a censura do chefe do poder, uma vez que obedecem a um perfil editorial pré-estipulado, travestido de objetividade, mas com características claras de autocensura para evitar que a estrutura de comunicação cause conflitos entre os parlamentares e com a direção da Casa.

Nesse perfil editorial, a tentativa de fazer um jornalismo objetivo faz com que as falas dos deputados na tribuna não reverberem nos veículos de comunicação da Casa, pois, de acordo com os profissionais da Divulgação, os *hotsites* dos parlamentares, também mantidos com

recursos públicos, mas alimentados de conteúdo pelos assessores dos agentes políticos, já fazem este trabalho de noticiar o posicionamento do parlamentar dentro e fora do plenário.

Por esses fatores, pode-se afirmar que o setor de Divulgação da Assembleia Legislativa do Paraná em seu perfil editorial estabelece uma autocensura velada com o objetivo de autoproteção de seus cargos comissionados, que visam, por uma questão de conveniência empregatícia, evitar conflitos internos de origem partidária, para a proteção da Mesa Diretora da Casa. Isso caracteriza trabalho típico de assessoria de imprensa e de jornalismo da fonte, não contemplando de maneira plena a comunicação pública, pois não preza o público fim, que é o cidadão, mas sim os interesses dos deputados estaduais.

Referências

- AMARAL, L. **A objetividade jornalística**, Porto Alegre: Editora Sagra DC Luzzatto, 1996.
- BERNARDES, C. B. **Política, institucional ou pública?** Uma reflexão sobre a mídia legislativa da Câmara dos Deputados. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em:
http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/12275/politica_institucional_bernardes.pdf?sequence=1. Acesso em 13 set. 2014.
- BRANDÃO, E. P. Usos e significados do conceito comunicação pública. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 6., 2006. **Trabalhos apresentados...** Disponível em:
<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/38942022201012711408495905478367291786.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2011.
- INTERVOZES. Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Contribuição ao II Fórum Nacional de TVs Públicas**, maio de 2009. Disponível em:
<http://www.intervozes.org.br/arquivos/interdoc012sp2ftvp> Acesso em: 24 nov. 2017.
- INTERVOZES. Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus, 2009.
- LIPPMANN, W. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MIGUEL, L. F. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 25-38, nov. 2005.
- MONTEIRO, G. F. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, J. (Org.). **Comunicação Pública: Estado Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 2. edição, São Paulo: Atlas, 2009.
- PACHECO, S. **Assembleia aprova afetação de imóveis à PARANAPREVIDÊNCIA**. 2014b. Curitiba: Setor de Divulgação da Assembleia Legislativa do Paraná. Disponível em:
http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/noticias/assembleia-aprova-afetacao-de-imoveis-a-paranaprevidencia-1. Acesso em: 25 nov. 2014.
- RIBEIRO, F. V. M. **Fontes sofisticadas de informação: análise do produto jornalístico político da imprensa nacional diária de 1995 a 2005**. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Faculdades de Letras da Universidade do Porto.
- ROSEN, J. Para além da objetividade. In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. (Orgs.). **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- SANT'ANNA, F. **Mídia das fontes: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro: um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal**. Brasília: Edições Técnicas do Senado Federal, 2009.

SANTOS JÚNIOR, E. G.; BECKER, M. L. Assessoria de imprensa e jornalismo da fonte: um mapeamento do conteúdo da comunicação pública da Assembleia Legislativa do Paraná. **Revista Comunicação Pública** [Online], Lisboa, v. 10, n. 19, 2015. Disponível em: <http://cp.revues.org/1110>. Acesso em: 24 nov. 2017.

TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, teoria e estórias**. Lisboa. Vega. 1993. p. 74-90.

YOUNG, I. M. O ideal da imparcialidade e o público cívico. **Revista Brasileira de Ciência política**, Brasília, n. 9, p. 169-204, set./nov. 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/7748/5996>. Acesso em: 4 abr. 2017.

ZÉMOR, P. As formas da comunicação pública. In: DUARTE, J. (Org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Artigo recebido em: 09/08/2016

Artigo aceito para publicação em: 27/04/2017